

ATA DA 078ª SESSÃO ORDINÁRIA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2023  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Campagnolo - Camilo Martins - Carlos Humberto - Delegado Egidio - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Lucas Neves - Lunelli - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Mário Motta - Massocco - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro de Nadal - Napoleão Bernardes - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Oscar Gutz - Paulinha - Pepê Collaço - Repórter Sérgio Guimarães - Sargento Lima - Sergio Motta - Tiago Zilli - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal  
Deputado Maurício Eskudlark  
Deputado Delegado Egidio

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

\*\*\*\*\*

**Breves Comunicações**

DEPUTADO DELEGADO EGIDIO (Orador) - Comenta sobre os dois casos graves de sequestros ocorridos nos Municípios de Pomerode e Criciúma, que estamparam as manchetes e movimentaram o Estado. Elogia a celeridade e o profissionalismo das forças de segurança do Estado catarinense em desvendar e libertar duas adolescentes sequestradas, uma no Sul e outra no Vale do Itajaí. O sequestro no Sul defronte à casa, a menina foi arrancada dos braços dos pais e mantida 24 horas amarrada e vendada no interior de um porta-malas, até ser libertada no Rio Grande do Sul. E ainda o caso da garota sequestrada em

Pomerode, que foi encontrada no fundo falso da cama do seu professor de 55 anos, que foi preso em flagrante. Afirma que nos dois casos os criminosos não sentiram medo de cometerem crimes, mostrando que antes de praticá-los os criminosos analisam se serão pegos, se ficarão muito tempo presos. Ressalta que hoje existem 300 mil pessoas cumprindo pena em regime aberto, e entende que há necessidade de serem cobradas penas com mais intensidade. *[Taquígrafa: Rubia]*

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Afirma existirem dois erros gravíssimos que não se deve cometer, pois podem colocar em risco a liberdade. Primeiro, é acreditar que o inimigo não existe e, o segundo, é acreditar que ele nunca chegará perto de nós. Assim, discorre sobre a indicação feita pelo Presidente Lula para o cargo de Conselheiro da maior fundição da América Latina, situada na cidade Joinville, a conhecida Tupy.

Apresenta imagens, no Plenário, dos valores recebidos pela Ministra Anielle Franco que somam R\$41.650,00 por mês e, agora, com o cargo de Conselheira na empresa Tupy, R\$36.115,00 por mês, totaliza o equivalente a R\$77.765,00 por mês de salários. Exibe uma segunda imagem, a do Ministro Carlos Lupi, o qual tem um salário de R\$41.650,00 como ministro, e receberá na empresa Tupy R\$36.115,00 por mês, somados passam de R\$77 mil em salários. Questiona as condições técnicas para condução a cargo de Conselheiro, lamentando que isso ocorra no Brasil sem que ninguém faça simplesmente nada.

Lembra que não quer somente trazer notícias ruins ao Plenário, por isso apresenta um vídeo com a fala do Prefeito de Rio Negrinho, informando que não arcará mais com os salários dos servidores públicos cedidos a sindicatos, o que vai trazer uma economia para o município de mais de R\$370 mil por ano, e o projeto deverá ser votado nos próximos dias. Parabeniza a atitude do prefeito e diz estar curioso quanto à votação na Câmara de Vereadores sobre este projeto. *[Taquígrafia: Guilherme]*

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO (Orador) - Refere-se à liberação do porte e uso de entorpecentes no Brasil, e apesar da legislação federal proibir esse tipo de atitude, o STF vai criar algo que não encontra eco na sociedade brasileira para defender essa ação do Supremo. Afirma que a grande maioria da população é contra, pois a droga não traz benefício para ninguém.

Diz espantar-se com muitas instituições brasileiras que têm eco de defesa para essa atividade cometida por uma minoria. Ressalta que se vive num sistema democrático baseado na decisão de uma maioria, é a vontade da maioria que se impõe, respeitando as minorias.

Entende que isso não combina com as tradições sociais, pois os valores estão sendo esquecidos, mas felizmente existem instituições, como o Parlamento catarinense, que resistirão a esse tipo de situação. Acrescenta que o próximo dia 7 de setembro, uma data libertadora, será um momento triste, pois percebe a fragilidade do Estado brasileiro atualmente. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADO LUCAS NEVES (Orador) - Manifesta sua preocupação sobre essa decisão que será tomada pelo STF, especialmente, porque é sabido dos malefícios que a droga traz à vida de uma pessoa. Diz que já fez parte do Proerd, em Lages, há 25 anos, e sabe bem do que se trata, assim como a questão do aborto, que também preocupa, pois existem vertentes que levam para esse caminho.

Refere-se a um decreto do Ibama que saiu semana passada, sobre o abate de javalis com arma de fogo, até então permitido pelo Ibama, desde 2013, por ser considerada uma espécie invasora, nociva à fauna, ao meio ambiente, ao ser humano, à pecuária. Esclarece que esse animal é um vetor de doenças, como a peste suína, transmite a febre aftosa aos rebanhos e destrói lavouras.

Informa que fez um ofício destinado ao Ibama para conscientizar as pessoas da gravidade que é a proliferação desse animal, aqui, no Estado, colocando em risco a questão sanitária e criando

dificuldades. Espera que esse decreto seja revogado e que, dessa forma, traga tranquilidade para quem está no campo. [Taquígrafa: Eliana]

DEPUTADO LUNELLI (Orador) - Reitera sua preocupação quanto à situação do saneamento básico em Santa Catarina. Informa que, na última semana, o Tribunal de Contas do Estado divulgou um levantamento que mostra que metade dos municípios catarinenses não conta com o serviço e também não possui ações previstas para a universalização do marco legal do saneamento básico. Notícia que a lei, de três anos atrás, prevê que 90% da população brasileira passem a ter coleta e tratamento de esgoto até o fim de 2033.

Relata que o Tribunal também questionou quais cidades têm em seus contratos de esgoto e legislação municipal projetos que miram a meta de universalização, uma vez que mesmo os contratos anteriores ao marco do saneamento deveriam estar readequados até o fim do ano passado, resultando em 142 municípios catarinenses irregulares.

Manifesta inconformidade com a situação em que um Estado tão grande quanto Santa Catarina se encontra, ficando abaixo da média nacional. Reconhece os obstáculos que a gestão pública enfrenta, principalmente para as cidades menores, por causa do alto custo das obras de saneamento. Enfatiza que a única solução para melhorar este aspecto é investir, planejar e fazer uma gestão voltada para o futuro. Além de buscar alternativas de redes coletoras com custo mais baixo e, inclusive, apoio na iniciativa privada.

Descreve que, durante sua gestão em Jaraguá do Sul, o índice de cobertura de esgoto saltou de 45% para 90%, se tornando referência nacional e, em breve, deve se tornar uma das primeiras cidades catarinenses a terem 100% de cobertura no tratamento.

Informa, por fim, que como presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, requisitou a realização de uma audiência pública para discutir o assunto, e solicita a presença e o apoio dos colegas deputados na questão. Registra

que é urgente e necessário debater sobre o saneamento básico em Santa Catarina, orientando e mobilizando os prefeitos a adotarem ações e políticas públicas de esgotamento sanitário.  
*[Taquiografia: Milyane]*

\*\*\*\*\*

### **Partidos Políticos**

Partido: NOVO

DEPUTADO MATHEUS CADORIN (Orador) - Questiona porque a Casan é sócia de uma empresa de laticínios do Rio de Janeiro. Explica de forma resumida o prejuízo de R\$ 17 milhões nos cofres da referida instituição. Lembra que entrou com um pedido de informação e a Casan respondeu que há uma investigação em andamento. Comunica que está entrando com um segundo pedido de informação com encaminhamentos e sugestões.

Cita a necessidade de propor a regulamentação na realização de investimentos no mercado de ações para estatais catarinenses, mitigando os riscos de prejuízos; levantamento de outros investimentos da Casan em fundos de investimentos; provocação do Ministério Público para ajuizamento de uma ação civil pública para bloqueio de bens, objetivando uma futura indenização à estatal; e responsabilização para os responsáveis pelo prejuízo.

Afirma que estará acompanhando e fiscalizando a situação para que o recurso dos catarinenses seja utilizado de forma eficiente. *[Taquiografia: Northon]*

DEPUTADO DELEGADO EGIDIO (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até a Ordem do Dia, às 16h.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

**Ordem do Dia**

A Presidência dá início à pauta da Ordem do Dia.

Deputada Ana Campagnolo - Questão de ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Com a palavra, a Deputada Ana Campagnolo, para questão de ordem.

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO - Solicita ao Presidente que coloque para apreciação, extrapauta, o Projeto de Lei n. 304, de autoria do Deputado Sergio Mota, que homenageia o Dia do Aquicultor, dia 1º de setembro; e o Projeto de Lei n. 310, de sua autoria, que institui a semana estadual de consumo de peixe, que também é na primeira semana de setembro.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Neste momento, o sr. Presidente consulta os srs. Líderes se alguém se opõe à votação, extrapauta, dos seguintes projetos: Projeto de Lei n. 304/2023 e Projeto de Lei n. 310/2023, para atender requerimento da Deputada Ana Campagnolo.

(As Lideranças aquiescem.)

Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0465/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0212/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0287/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0326/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0272/2022.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Neste momento, o sr. Presidente informa a votação dos projetos extrapauta.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n.0304/2023, de autoria do Deputado Sergio Motta, que institui o Dia Estadual dos Aquicultores e Aquicultoras, a ser celebrado anualmente no dia 1º de setembro e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que "Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado" para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Pesca e Aquicultura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n.0310/2023, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que institui a Semana Estadual de Incentivo ao Consumo de Peixe e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que "Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no

âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado" para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Pesca e Aquicultura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Também, neste momento, o sr. Presidente informa: Após conversa com os srs. Líderes, resolve retirar de pauta a Mensagem de Veto n. 1424/2022, de autoria do Governo do Estado, veto parcial ao PL n° 314/2022, que "Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2023", para que possamos ter um acordo de Líderes e deliberarmos na semana que vem, na terça-feira.

(Os srs. Líderes aquiescem.)

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 1403/2022, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n° 220/2019, que "Dispõe sobre a aplicação da multa prevista no art. 98 da Lei Nacional n° 10.741, de 2003, aos responsáveis pelo abandono afetivo da pessoa idosa em unidades de saúde, instituição asilar e congêneres".

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

Discutiu e encaminhou votação da presente matéria o sr. Deputados Massocco.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO CAMILO MARTINS	sim
DEPUTADO CARLOS HUMBERTO	sim
DEPUTADO DELEGADO EGIDIO	sim

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO EMERSON STEIN	
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO LUCAS NEVES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUNELLI	
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	
DEPUTADO MARCOS DA ROSA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MOTTA	
DEPUTADO MARQUITO	
DEPUTADO MASSOCCO	sim
DEPUTADO MATHEUS CADORIN	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO OSCAR GUTZ	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO	não
DEPUTADO REPÓRTER SÉRGIO GUIMARÃES	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	não
DEPUTADO TIAGO ZILLI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim", três votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação da Mensagem de Veto n. 0556/2020, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei n° 138/2020, que "Dispõe sobre a não exigência do crédito tributário relativo ao

ICMS que for devido pelo descumprimento de metas e compromissos assumidos por contribuintes como contrapartida à concessão de benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, em face da crise econômica decorrente da pandemia da Covid-19".

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela manutenção do veto em Plenário.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Massocco.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO CAMILO MARTINS	sim
DEPUTADO CARLOS HUMBERTO	sim
DEPUTADO DELEGADO EGIDIO	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO EMERSON STEIN	
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO LUCAS NEVES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUNELLI	
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	
DEPUTADO MARCOS DA ROSA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MOTTA	
DEPUTADO MARQUITO	
DEPUTADO MASSOCCO	sim
DEPUTADO MATHEUS CADORIN	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não

DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO OSCAR GUTZ	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO	sim
DEPUTADO REPÓRTER SÉRGIO GUIMARÃES	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO TIAGO ZILLI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 25 votos "sim", um voto "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação da Mensagem de Veto n. 1412/2022, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei nº 082/2022, que "Institui a Política de Incentivo ao Consumo da Carne Suína no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela rejeição do veto em Plenário.

Em discussão.

Discutiram e encaminharam votação da presente matéria os srs. Deputados: Massocco, José Milton Scheffer, Altair Silva e Volnei Weber.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALTAIR SILVA	não
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	não
DEPUTADO CAMILO MARTINS	não
DEPUTADO CARLOS HUMBERTO	não
DEPUTADO DELEGADO EGIDIO	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO EMERSON STEIN	
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	não
DEPUTADO IVAN NAATZ	não
DEPUTADO JAIR MIOTTO	não
DEPUTADO JESSÉ LOPES	não

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	não
DEPUTADO LUCAS NEVES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUNELLI	não
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	
DEPUTADO MARCOS DA ROSA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MOTTA	
DEPUTADO MARQUITO	
DEPUTADO MASSOCCO	não
DEPUTADO MATHEUS CADORIN	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO OSCAR GUTZ	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADA PAULINHA	não
DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO	não
DEPUTADO REPÓRTER SÉRGIO GUIMARÃES	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	não
DEPUTADO SERGIO MOTTA	não
DEPUTADO TIAGO ZILLI	não
DEPUTADO VOLNEI WEBER	não

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos nenhum voto "sim", 28 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação da Mensagem de Veto n. 1414/2022, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei nº 116/21, que "Institui a Política de Combate ao Abigeato e aos Crimes em Áreas Rurais".

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

Discutiram e encaminharam votação da presente matéria os srs. Deputados: Massocco, Altair Silva e Maurício Eskudlark.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALTAIR SILVA	não
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO CAMILO MARTINS	sim
DEPUTADO CARLOS HUMBERTO	sim
DEPUTADO DELEGADO EGIDIO	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO EMERSON STEIN	
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	não
DEPUTADO LUCAS NEVES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUNELLI	não
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	
DEPUTADO MARCOS DA ROSA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MOTTA	
DEPUTADO MARQUITO	
DEPUTADO MASSOCCO	sim
DEPUTADO MATHEUS CADORIN	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO OSCAR GUTZ	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO	não
DEPUTADO REPÓRTER SÉRGIO GUIMARÃES	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	não
DEPUTADO TIAGO ZILLI	sim

DEPUTADO VOLNEI WEBER sim

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 20 votos "sim", oito votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Deputado Ivan Naatz - Pela ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Ivan Naatz.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Faz a solicitação de que se tome uma decisão a respeito do PL nº1424/2022, por considerar de extremo interesse da cidade de Blumenau. Pede que se possa conversar com os Deputados para quem sabe ser feita uma emenda em separado ou voto em separado, entendendo a possibilidade de se construir e enfrentar o tema na Assembleia Legislativa. Menciona que já é a segunda ou terceira vez que a matéria é retirada de pauta, mencionando mais uma vez que a matéria é de interesse de Blumenau.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - O sr. Presidente fala que está aberto a sugestões dos srs. Deputados. Diz que a matéria está pautada para terça-feira da semana que vem e que todas as sugestões são bem-vindas para encaminhamento de votação. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0373/2023, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade informações acerca do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0374/2023, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, solicitando ao Secretário de Estado da Educação informações acerca do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0375/2023, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade informações acerca de uma possível Estadualização da Estrada Geral, que dá acesso à Usina Hidrelétrica Garibaldi, no Município de Cerro Negro.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 0930/2023, de autoria do Deputado Tiago Zilli; e 0931/2023, de autoria do Deputado Emerson Stein.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Taquígrafa: Sílvia]

\*\*\*\*\*

### **Explicação Pessoal**

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Pronuncia-se a respeito do presente mês, Agosto Lilás, quando são discutidas as pautas de políticas públicas de combate à violência contra a mulher. Faz referências à violência obstétrica que muitas mulheres sofrem e que será uma pauta defendida na Secretaria da Mulher, a qual foi criada no Parlamento catarinense, e agradece aos colegas pela aprovação da mesma. Comenta que quando uma mulher tem a gestação de um filho em seu ventre, o que considera uma das maiores dádivas concedidas por Deus, são sonhos e esperanças entrelaçados na família. Discorre sobre a questão da violência

obstétrica, que entende como uma realidade silenciosa, para falar da proposição da Lei Melissa, que tem por finalidade a humanização no atendimento à saúde da mulher num momento especial, o parto, e outros objetivos.  
[Taquígrafa: Sílvia]

Deputado Lunelli - Pela ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Lunelli.

DEPUTADO LUNELLI - Comunica a reunião que ocorrerá com o Secretário da Infraestrutura e Mobilidade, na presente data, para esclarecimentos a respeito das obras e o cronograma do Programa Estrada Boa. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO MARCOS DA ROSA (Orador) - Ocupa a tribuna para falar do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Família, dia 30, às 19h, no Plenarinho, elencando o nome dos Deputados que a subscrevem: Sergio Motta, Jair Miotto, Carlos Humberto, Mário Motta, Ana Campagnolo, Napoleão Bernardes, Maurício Eskudlark, Repórter Sérgio Guimarães, Lunelli e Delegado Egidio.

Ao comentar a importância dos laços de família que devem ser preservados, como saber o nome completo de avós e bisavós paternos e maternos, entende que se deve criar políticas públicas que combatam as afrontas a essa instituição, que é a família. Em tempo, faz menção à canção do Padre Zezinho, "Oração pela Família", que fala do valor da família. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]